



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

JUCILEIDE ALVES DE ARAÚJO SILVA

**POLÍTICA NÃO É LUGAR DE MULHER? A RESPOSTA DE
MONTEIRO - PB**

SUMÉ - PB

2025

JUCILEIDE ALVES DE ARAÚJO SILVA

**POLÍTICA NÃO É LUGAR DE MULHER? A RESPOSTA DE
MONTEIRO - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso modalidade Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Kevin Ferreira Corsino.

SUMÉ - PB

2025



S586p Silva, Jucileide Alves de Araújo.
Política não é lugar de mulher?: A resposta de Monteiro-PB. / Jucileide Alves de Araújo Silva. - 2025.

39 f.

Orientador: Professor Dr. Kevin Ferreira Corsino.
Trabalho de Conclusão de Curso modalidade Artigo - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Mulheres e política. 2. Participação política feminina. 3. Políticas públicas e mulheres. 4. Política como espaço feminino. I. Corsino, Kevin Ferreira. II. Título.

CDU: 32:35(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

JUCILEIDE ALVES DE ARAÚJO SILVA

**POLÍTICA NÃO É LUGAR DE MULHER? A RESPOSTA DE
MONTEIRO - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso modalidade Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Kevin Ferreira Corsino.
Orientador – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Allan Gustavo Freire da Silva.
Examinador I – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.
Examinador II – UATEC/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 20 de março de 2025.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder momentos inesquecíveis de aprendizado e crescimento. Nunca imaginei viver tamanha experiência, mas como disse o profeta Samuel: Até aqui o Senhor me ajudou. Sua orientação e amor incondicional sempre estiveram ao meu lado.

Ao meu querido esposo, Arimatéia Silva, que tem sido meu apoio constante, compartilhando comigo tanto as lágrimas quanto os sorrisos, os desafios e as alegrias. Quando a vontade de desistir surgiu, ele foi a minha força e me motivou a seguir em frente, sempre com paciência e compreensão. Obrigada, meu amor, por ser minha rocha, é um privilégio contar com você.

À minha mãe amada, Irene, que, com imenso amor, desempenhou não apenas o papel de mãe, mas também de pai. Me colocou no mundo, me cuidou e, mesmo após minha infância, segue se preocupando comigo, sempre me oferecendo apoio, confiança e acreditando nos meus sonhos.

Aos meus irmãos, Junior, Joana, Janicleide, Joseilma, José Roberto, e aos meus queridos sobrinhos Misael, Isaac, Steffany, Júlia, Lorenzo, Kevin, Ágata, Isabela e Antony pela confiança e apoio incondicionais. Agradeço profundamente a toda minha família, que é a base sólida da minha vida.

Às ex-prefeitas e prefeita, por contribuírem com minha pesquisa.

Aos meus colegas de jornada, pelo companheirismo constante, com um carinho especial para Thayssa Saturno, que apesar de tê-la conhecido em meados do curso, se tornou muito querida por mim, a menina tem um coração enorme, além de uma inteligência acima do comum. Obrigada pelo seu auxílio, minha amiga. E minha amiga Camilly que esteve caminhando comigo desde o início do curso, você é incrível, obrigada por tudo.

A Johnny Rodrigues, bibliotecário, que sempre estive disposto a me ajudar nos momentos em que precisei.

Com profundo afeto, agradeço aos professores do curso de Gestão Pública, com destaque para Luiz, Allan, Gilvan, Irivaldo, Kelly e Júnior.

Não posso deixar de agradecer a você, meu orientador Prof. Dr. Kevin Corcino, que aceitou me guiar, ajudando-me a expandir meus conhecimentos e a trilhar o melhor caminho em busca dos meus objetivos. Sou eternamente grata por sua paciência, dedicação e por compartilhar seu vasto saber comigo.

A todos, o meu mais sincero e profundo agradecimento!

RESUMO

A trajetória das mulheres em busca de liberdade, igualdade e participação política é uma luta histórica marcada pelo desejo de reconhecimento e respeito na sociedade. Durante séculos, o modelo social impôs à mulher um papel restrito ao ambiente doméstico, excluindo-a das decisões políticas e da vida pública. O objetivo geral do estudo é analisar a participação feminina na política do município de Monteiro Cariri Paraibano, a fim de identificar os desafios enfrentados e as oportunidades para a redefinição de espaços políticos e sociais para mulheres. Como objetivos específicos têm-se: identificar os principais desafios e barreiras enfrentados pelas mulheres na política desse município para a inserção na política; examinar como os desafios e barreiras impactam a participação efetiva das mulheres em cargos na política desta localidade e avaliar se existem políticas públicas e iniciativas na promoção da participação política das mulheres. Metodologicamente, esta pesquisa se caracteriza como descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, fundamentada em referências bibliográficas e documentais. Além disso, inclui um estudo de caso realizado no município de Monteiro, Paraíba. Os resultados do estudo evidenciam que a participação feminina na política local ainda enfrenta barreiras estruturais, como resistência dos políticos veteranos, machismo estrutural e dificuldade de acesso a recursos. Apesar desses desafios, as mulheres que conseguem se estabelecer demonstram alta capacidade de gestão, com destaque em áreas como saúde, educação e políticas sociais. A desigualdade na distribuição de recursos partidários e a violência política de gênero também se apresentam como obstáculos significativos. Conclui-se que, as cotas de gênero, como políticas públicas, embora representem um avanço, ainda carecem de fiscalização eficaz. Diante disso, torna-se essencial a implementação de políticas que garantam equidade e ampliem o suporte institucional às mulheres na política.

Palavras-chave: Participação feminina. Barreiras estruturais, Políticas públicas.

ABSTRACT

The trajectory of women in the pursuit of freedom, equality, and political participation is a historical struggle marked by the desire for recognition and respect in society. For centuries, the social model confined women to the domestic sphere, excluding them from political decision-making and public life. The general objective of this study is to analyze female participation in politics in the municipality of Monteiro, Cariri Paraibano, in order to identify the challenges faced and the opportunities for redefining political and social spaces for women. The specific objectives are: to identify the main challenges and barriers faced by women in the municipality's political sphere; to examine how these obstacles impact their effective participation in public office; and to assess whether public policies and initiatives exist to promote women's political engagement. Methodologically, this research is characterized as descriptive and exploratory, with a qualitative approach, based on bibliographic and documentary references. Additionally, it includes a case study conducted in Monteiro, Paraíba. The study results show that female political participation at the local level still faces structural barriers, such as resistance from veteran politicians, structural machismo, and difficulties in accessing resources. Despite these challenges, women who manage to establish themselves demonstrate high managerial capacity, particularly in areas such as health, education, and social policies. The unequal distribution of party resources and gender-based political violence also represent significant obstacles. It is concluded that gender quotas, as public policies, while representing progress, still lack effective oversight. Therefore, it is essential to implement policies that ensure equity and strengthen institutional support for women in politics.

Keywords: Female participation, Structural barriers, Public policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Como começou sua trajetória na política?.....	21
Quadro 2 -	Quais foram os principais desafios que enfrentou ao ingressar e se manter na política?.....	22
Quadro 3 -	Quais barreiras você considera mais desafiadoras?.....	24
Quadro 4 -	Como essas barreiras impactaram sua atuação política?.....	25
Quadro 5 -	Na sua opinião, as políticas públicas (como cotas de gênero) são suficientes para promover a participação feminina na política?.....	27
Quadro 6 -	Quais políticas ou iniciativas específicas você acredita que poderiam ser mais eficazes para incentivar a participação feminina?.....	28
Quadro 7 -	Quais mudanças culturais ou institucionais você considera necessárias para a inserção das mulheres na política?.....	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	MULHERES NA POLÍTICA: BARREIRAS, AVANÇOS E CAMINHOS PARA A IGUALDADE.....	11
2.1	A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ESFERA POLÍTICA: DESAFIOS E CONQUISTAS.....	12
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ÂMBITO POLÍTICO.....	14
2.3	CONTEXTO GEOPOLÍTICO DO LOCAL DE PESQUISA.....	16
3	METODOLOGIA.....	18
3.1	ENTREVISTA EXPLORATÓRIA: ABORDAGENS UTILIZADAS E PERÍODO DE REALIZAÇÃO.....	19
4	ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	21
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
	REFERÊNCIAS.....	35
	APÊNDICE.....	38

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a representatividade das mulheres nos espaços de poder político e partidário tem sido limitada. Apesar da busca constante por liberdade, igualdade e participação política, elas continuam enfrentando obstáculos para ocupar posições de destaque em um cenário predominantemente masculino (Silva, 2019). Apesar de desempenharem papéis significativos na sociedade, seja cuidando das famílias ou trabalhando e contribuindo para a economia, esses esforços muitas vezes não são reconhecidos como parte da esfera política (Freitas, 2020).

Ao longo do tempo, as mulheres têm sido predominantemente associadas às chamadas *soft politics*, que englobam áreas relacionadas ao bem-estar social, como saúde, educação e assistência social. Essas questões, embora cruciais para a qualidade de vida e coesão social, costumam ser consideradas de menor prestígio e influência em comparação com as *hard politics*, que incluem temas como economia e segurança. Tais áreas são vistas como mais centrais e decisivas para o poder político e econômico. Esse fenômeno pode ser explicado por estereótipos que se enraizou em expectativas sociais persistentes que relegam as mulheres às esferas do cuidado e da família. Esse padrão não só limita a visibilidade e a valorização da contribuição feminina em questões de maior impacto político e econômico, como também perpetua uma desigualdade estrutural na participação política e na alocação de recursos e influência (Marques, 2021)

A ausência das mulheres nas esferas de poder e tomada de decisão foi abordada em vários tratados e conferências internacionais, destacando a luta por direitos políticos, como o direito ao voto e à eleição. Contudo, a formalização desses direitos não garante, por si só, uma participação significativa das mulheres em posições de autoridade. Muitas vezes, elas ainda são confinadas à esfera privada ou à política informal, enfrentando barreiras substanciais para alcançar posições de destaque na esfera pública (Lolato, 2020).

No que se refere às conquistas, nas últimas décadas, tanto no contexto histórico brasileiro quanto paraibano, percebeu-se transformações significativas na luta pela representatividade feminina (Silva, 2018). A promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou um ponto de inflexão crucial, consolidando-se como um marco fundamental na conquista de direitos significativos para as mulheres. Com a Constituição, foram assegurados importantes garantias, como a igualdade de oportunidades no âmbito do trabalho e na vida pública (Viola, 2019).

Todavia, apesar dos avanços conquistados a ocupação de cargos públicos pelas mulheres ainda enfrenta barreiras estruturais ligadas à cultura, à política e ao capital social. Enquanto os homens se inserem em redes heterogêneas que lhes garantem incentivos políticos, recursos eleitorais e conhecimento estratégico, as mulheres, em sua maioria, permanecem vinculadas a entidades familiares e comunitárias, fortalecendo laços pessoais, mas distantes dos circuitos de poder (Biroli, 2018).

A participação política das mulheres no Cariri paraibano é marcada por desafios que vão além das barreiras eleitorais e institucionais, refletindo questões culturais profundamente enraizadas na dinâmica social da região. O contexto político local, comumente dominado por figuras masculinas, reforça a percepção de que o poder e a tomada de decisão são espaços naturais para os homens, enquanto às mulheres resta o papel de coadjuvantes ou de suporte em áreas consideradas menos estratégicas. A influência de valores tradicionais e conservadores, sustentados por uma forte ligação com a religião e com estruturas familiares rígidas, perpetua a ideia de que o espaço público e político não é o lugar legítimo para as mulheres (Leite, 2021).

Nesse cenário, Monteiro se destaca como uma exceção notável na paisagem política do Cariri paraibano. A cidade consolidou-se como um exemplo raro de liderança feminina sustentada ao longo do tempo, tendo sido governada por mulheres por mais de duas décadas. Essa continuidade na ocupação de cargos executivos por mulheres pode não ser fruto de um acaso político, mas sim de um processo de construção de legitimidade e fortalecimento de redes de apoio. As lideranças femininas de Monteiro têm demonstrado destaque em um cenário tradicionalmente masculino, ampliando a participação feminina em decisões estratégicas e na condução de políticas públicas de impacto econômico e social. Esse protagonismo político das mulheres em Monteiro desafia os fortes padrões culturais predominantes na região

Assim, o objetivo geral é analisar a participação feminina na política do município de Monteiro, no Cariri paraibano, diagnosticando os desafios enfrentados e as oportunidades para a redefinição dos espaços políticos e sociais para as mulheres. A análise permitirá identificar os principais fatores limitantes, avaliar o impacto das políticas públicas e propor estratégias para fortalecer a presença feminina nos espaços de poder.

Nesse sentido, esta pesquisa se justifica pelo seu impacto social e político ao evidenciar como a ampliação da participação feminina na política fortalece a democracia representativa, assegurando maior diversidade de ideias na formulação de políticas públicas. Além disso, contribui para a equidade de gênero nos espaços de poder, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva. Dessa forma, o estudo não apenas amplia o conhecimento acadêmico, mas

também oferece subsídios para estratégias que impulsionem a presença feminina na política, resultando em um ambiente democrático mais representativo e equilibrado.

Para tanto, compreender os desafios enfrentados pelas mulheres na política é fundamental para o fortalecimento da democracia e para a promoção de maior diversidade nos processos de tomada de decisão. A identificação dessas barreiras possibilita a formulação de estratégias eficazes para ampliar a inclusão e a representatividade feminina, especialmente no contexto da política local.

2 MULHERES NA POLÍTICA: BARREIRAS, AVANÇOS E CAMINHOS PARA A IGUALDADE

Na sociedade brasileira, embora as mulheres tenham ampliado sua presença no mercado de trabalho (IBGE, 2022) e alcancem níveis educacionais superiores aos dos homens (INEP, 2022), no Brasil elas ainda enfrentam obstáculos estruturais que limitam seu avanço em diversos setores da economia. No âmbito político, essa desigualdade torna-se ainda mais evidente. Apesar de representarem a maioria do eleitorado nacional, os cargos de liderança e tomada de decisão permanecem majoritariamente ocupados por homens, perpetuando a sub-representação feminina em todas as instâncias do poder (Novellino; Toledo, 2018; Pinho, 2020).

A literatura aponta que o percurso político das mulheres é diretamente impactado por fatores psicossociais, culturais e estruturais, que reforçam desigualdades históricas e dificultam sua plena participação no cenário político (Aragão; Maciel, 2021, p. 22). Esses mesmos autores acrescentam que outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que apesar da legislação garantir a participação feminina no campo político, ainda persistem barreiras significativas a serem superadas. Embora as mulheres ocupem espaços nos bastidores, sua presença nas esferas de poder permanece limitada. Elas continuam sem voz ativa nos partidos, enfrentando assédio moral e sexual, além de receberem um financiamento eleitoral consideravelmente inferior ao dos homens (Lauris; Hashizume, 2020).

Nesse sentido, Sousa (2018) ressalta que a luta pela paridade de gênero não se restringe à conquista de cargos eletivos, mas se estende à garantia de respeito, reconhecimento e influência real nas tomadas de decisão. Conforme ele, para as mulheres, ocupar um espaço no parlamento não significa apenas representar o eleitorado, mas também resistir a um sistema que frequentemente as marginaliza, exigindo um esforço contínuo para que suas propostas sejam ouvidas e consideradas em pé de igualdade com as de seus colegas do sexo masculino.

As barreiras impostas ao ingresso feminino na política têm alicerces profundos, sendo perpetuados não apenas pelas estruturas institucionais, mas também pelo meio social e familiar. Segundo Quevedo et al (2021), as mulheres enfrentam dificuldades significativas para encontrar tempo e apoio necessários para disputar uma eleição, que é um processo público e exige consideráveis investimentos. Como afirmam os autores, "uma campanha projeta o que já foi semeado anteriormente, e é preciso considerar que uma campanha eleitoral é, por natureza, um momento de disputa por visibilidade positiva, que está intimamente relacionada ao contexto em que se está inserido".

2.1 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ESFERA POLÍTICA: DESAFIOS E CONQUISTAS

Ao longo da história, as mulheres foram amplamente limitadas ao espaço domiciliar, com restrições significativas em relação às suas oportunidades de educação e participação na vida pública, desde a antiguidade até os primeiros anos do século XX (Marques, 2021). Em grande parte, seu papel social foi circunscrito ao cuidado do lar, da família e do marido, o que reforçou e perpetuou a cultura patriarcal. A autora destaca que, para as mulheres das classes populares, cuja necessidade de trabalho fora do ambiente doméstico era motivada pela garantia ou complementação da subsistência familiar, as atividades desempenhadas eram predominantemente consideradas femininas, muitas vezes braçais ou manuais, e desvalorizadas na hierarquia do mercado de trabalho.

Os marcos históricos da luta feminina no Brasil podem ser traçados a partir da promulgação da Lei das Sesmarias de 1824, que garantiu às mulheres solteiras e viúvas o direito de gerir seus próprios bens, representando um desafio à rígida estrutura patriarcal vigente na época. Esse marco inicial reflete um avanço nas conquistas de direitos das mulheres, que, ao longo do tempo, continuariam a questionar e a enfrentar as limitações impostas por uma sociedade predominantemente masculina (Teles, 2017). Esta legislação representou um reconhecimento formal da capacidade das mulheres em administrar seus recursos e participar da vida econômica da sociedade, embora essa conquista tenha se limitado a um número restrito de mulheres, predominantemente das classes altas e com posses (Souza, 2018).

No contexto brasileiro, um avanço crucial foi a promulgação do Código Eleitoral de 1932, que garantiu às mulheres o direito ao voto, mas com restrições de idade e alfabetização, limitando a participação política feminina a um segmento restrito da população (Silva, 2019). Esse processo, embora significativo, falhou em combater a estrutura patriarcal que dominava a política e a sociedade.

A jornada das mulheres na política brasileira é marcada por uma longa e árdua luta por reconhecimento e participação, cujas raízes remontam ao século XIX (Campos, 2019). A promulgação da nova Constituição Federal em 1988 e as primeiras eleições diretas para a presidência da República em 1989 representaram passos significativos nesse processo de redemocratização (Carvalho, 2019). O mesmo autor acrescenta que diversos desafios persistiam, como a necessidade de superar o autoritarismo residual, consolidar as instituições democráticas e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante desse cenário, uma conquista significativa ocorrida em 2021 foi a sanção da Lei nº 14.192, que estabelece diretrizes para a prevenção, repressão e combate à violência política

contra as mulheres. A lei introduziu o artigo 326-B no Código Eleitoral, tornando crime a prática de violência política de gênero, com pena de 1 a 4 anos de prisão, além de multa:

Condutas de assédio, constrangimento, humilhação, perseguição ou ameaça, praticadas por qualquer meio, direcionadas a mulheres com a finalidade de obstruir ou dificultar sua campanha eleitoral ou seu mandato, são tipificadas como crimes. Isso abrange qualquer ação que discrimine ou diminua a condição de mulher, sua cor, raça ou etnia. Se o crime for cometido contra uma gestante, mulher com mais de 60 anos ou com deficiência, a pena será aumentada em 1/3. A pena também será aumentada de 1/3 até a metade caso o crime ocorra na internet, em redes sociais ou por meio de transmissões ao vivo. A lei ainda proíbe a propaganda eleitoral ou partidária que reforce a discriminação de gênero ou degrade a condição da mulher, além de exigir que os partidos políticos integrem, em seus estatutos, mecanismos de prevenção e combate à violência política de gênero (Ministério Público Federal, 2022, p. 8).

Em um contexto no qual as mulheres, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), representam a maioria do eleitorado brasileiro, são as que mais se qualificam e investem o maior tempo na busca por educação formal, de acordo com dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é alarmante que menos de 18% delas integrem a composição do Parlamento brasileiro. Tal dado evidencia a urgente necessidade de fomentar um debate profundo e implementar políticas estruturais que visem mitigar e corrigir esse déficit histórico e cultural. Em vista disso, a violência política de gênero emerge como um mecanismo de poder eficaz e sistemático, que continua a marginalizar as mulheres, impedindo sua plena participação nos espaços de decisão política, partidária e institucional, perpetuando a desigualdade de gênero nas esferas de poder (AGENCIA BRASIL, 2025; BRASIL, 2025; SEMESP, 2025).

Sob essa vertente, (Araújo, 2023) ratifica:

A violência política de gênero constitui um grave problema que impacta diretamente as democracias, uma vez que exclui uma parcela significativa da população, representada pelas mulheres, dos processos políticos institucionais, comprometendo, assim, a premissa fundamental de uma democracia verdadeiramente participativa e representativa. Diversos países latino-americanos têm adotado medidas jurídicas com o objetivo de erradicar essa forma de violência, que viola tanto os direitos políticos quanto os direitos humanos das mulheres (Araújo, 2023).

Inseridas em um panorama de intensas lutas, reivindicações e conquistas, as mulheres gradualmente alcançaram posições na esfera social que, por longo período, lhes foram sistematicamente negadas. Sua legítima ascensão e participação nos espaços de poder, bem como o reconhecimento de seu papel como agentes políticas, representam marcos significativos de processos históricos de transformação social. Contudo, apesar dos progressos, as mulheres continuam a enfrentar um quadro de sub-representação política, no qual a violência política de

gênero se configura como um instrumento essencial para a manutenção dessa desigualdade estrutural (Aguiar, 2025).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ÂMBITO POLÍTICO

A participação das mulheres no processo de redemocratização do Brasil e na elaboração da Constituição de 1988 deixou um legado significativo tanto no âmbito político quanto jurídico. No campo político, observou-se a consolidação da mulher como protagonista na esfera pública, evidenciando, de forma concreta, seu interesse e sua capacidade de atuar na vida política do país (Telles, 2018). A busca pela plena inclusão das mulheres na esfera política e pública, estreitamente vinculada à concretização dos direitos humanos, se estabeleceu como uma demanda fundamental nas democracias contemporâneas. Essa demanda orienta uma análise detalhada dos mecanismos de acesso das mulheres às candidaturas e sublinha a necessidade de instituir cotas para candidaturas femininas, com o objetivo de promover uma participação política mais equitativa (Oliveira, 2021).

Partindo desse pressuposto, desde a fundação do Movimento Feminista Brasileiro (MFBra) em 1977, Brito 2019 destaca que as mulheres têm se mobilizado de forma contundente para assegurar seus direitos e ampliar sua participação na sociedade. Nesse contexto de progresso, a criação da Secretaria da Mulher na Presidência da República em 1988 marcou um avanço significativo, promovendo a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a equidade de gênero (Albaine, 2020).

A criação da União Brasileira de Mulheres (UBM) em 1987 representou um marco significativo na luta das mulheres por maior representatividade nos partidos políticos (Souza, 2022). Conforme a mesma autora, a UBM consolidou-se como um espaço fundamental para a organização e o fortalecimento político de mulheres provenientes de distintas correntes ideológicas, promovendo a coesão em defesa de seus direitos. Nesse contexto, a colaboração entre mulheres de diferentes origens e perspectivas políticas evidenciou a potência da sororidade e a capacidade de mobilização feminina ao longo desse período (Albaine, 2020).

Em 1995, foi instituída a Lei de Cotas de Gênero que assegurava 20% das candidaturas municipais para o público feminino (D'ávila, 2018). Esta legislação foi reformulada em 1997, ampliando a cota para 30% e estendendo sua aplicação a todas as eleições para o poder executivo. No entanto, apesar da existência de uma legislação destinada a garantir a

participação feminina na política, o número de mulheres eleitas tem sido e continua a ser bastante reduzido.

Nas eleições nacionais de 2022 no Brasil, das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, 91 foram ocupadas por mulheres, correspondendo a aproximadamente 17,7% da composição total. No Senado Federal, a representatividade feminina foi ainda menor, com apenas 10 das 81 cadeiras preenchidas por mulheres, o que equivale a cerca de 12,3% do total (Araújo, 2023). Em nível municipal, o cenário é igualmente desalentador. Nas eleições municipais de 2024 no Brasil, observou-se um aumento na representatividade feminina em comparação aos pleitos anteriores, embora os avanços ainda sejam tímidos. Segundo dados da Câmara dos Deputados, as mulheres ocuparam 18,24% das 58.309 vagas de vereadores, totalizando 10.603 eleitas, um avanço considerável, mas ainda longe da paridade. No cenário executivo, 724 mulheres foram eleitas prefeitas no primeiro turno, o que representa 13% do total de prefeituras, uma evolução que, embora positiva, ainda reflete um cenário amplamente dominado por homens (BRASIL, 2025).

Enfatiza-se que, a Lei de Cotas para Eleições, juntamente com programas como o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), desempenharam papel fundamental na ampliação da participação feminina no cenário político (Barros, 2021). Tais iniciativas não apenas abriram novas oportunidades, mas também facilitaram o acesso das mulheres a espaços de poder dentro dos partidos políticos. Nesse sentido, as mulheres se mobilizaram de maneira significativa para conquistar maior visibilidade e voz nas estruturas partidárias, refletindo um aumento substancial de sua presença e influência no processo político (Silva et al., 2023).

Em um contexto de intensas transformações sociais e políticas, as mulheres navegam pelas complexas dinâmicas da democracia em busca de uma representatividade equitativa (Souza & Silva, 2023). A democracia representativa, com seus mecanismos de participação política, desempenha um papel fundamental na conquista da representatividade feminina, essa relação interdependente se manifesta de diversas formas, impulsionando a presença das mulheres na esfera legislativa e moldando o panorama político contemporâneo (Alves 2022).

A trilha das mulheres em direção à igualdade política enfrenta desafios consideráveis, mas a democracia oferece um ambiente propício para a conquista da representatividade (Silva & Souza, 2019). Deve-se considerar ainda que, apesar de um crescimento no número de mulheres eleitas, a verdadeira equidade de gênero no campo político brasileiro ainda está longe de ser alcançada. Os dados supracitados revelam a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes para promover a inclusão feminina em todos os níveis da política, bem como um

esforço contínuo para combater as barreiras estruturais e culturais que ainda limitam o acesso das mulheres ao poder político.

2.3 CONTEXTO GEOPOLÍTICO DO LOCAL DE PESQUISA

O Cariri é uma região localizada na zona semiárida nordestina, situada no Planalto da Borborema, no centro do estado da Paraíba. Com uma área de 6.983,601 km², a região é composta por 29 municípios, divididos entre o Cariri Ocidental e o Cariri Oriental. Predomina, ainda, um perfil rural e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior à média nacional, com exceção do município de Cabaceiras. O ambiente é caracterizado por condições áridas, com precipitação anual variando de 400 a 600 mm, contrastando com um elevado índice de evaporação, que alcança 3.110 mm/ano (Bezerra, 2004).

Segundo os fatos históricos, o cariri do estado da Paraíba tem sido marcado pela pobreza, resultado de um processo histórico de longa data. A ocupação socioeconômica da área levou à extinção das populações nativas (índios Cariris) e ao desenvolvimento econômico voltado para a pecuária extensiva e monocultivos, como o algodão, sob a influência de grandes latifúndios. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população da região é estimada em aproximadamente 220 mil habitantes. Entre os municípios, Monteiro se destaca como o mais populoso, com mais de 32 mil habitantes, seguido por Boqueirão, com 17.599 habitantes.

A cidade carrega em sua essência a força e a tradição do povo nordestino. O município é um reflexo vivo da cultura sertaneja, marcada por um forte senso de pertencimento, religiosidade e uma ligação profunda com a terra. A vida em Monteiro pulsa ao ritmo das festas de São João, das feiras livres e dos encontros na praça, onde o forró ecoa e as histórias são compartilhadas de geração em geração. O trabalho árduo na agricultura, a convivência comunitária e os laços familiares moldam o caráter de sua população, criando uma identidade coletiva marcada pela resiliência e pela solidariedade. Em meio às adversidades climáticas e econômicas, Monteiro se destaca pela capacidade de se reinventar, preservando suas raízes culturais sem deixar de buscar o progresso (Silva; Oliveira; Correia, 2018).

Politicamente, Monteiro tem uma configuração singular, especialmente no contexto da participação feminina na política. Em uma região onde o poder historicamente esteve concentrado nas mãos dos homens, a cidade se tornou um exemplo de protagonismo feminino. Por mais de duas décadas, mulheres ocuparam o cargo máximo do poder executivo, conduzindo a cidade com firmeza e habilidade estratégica. Esse cenário é resultado de uma combinação de

fatores: o reconhecimento do trabalho feminino nas bases comunitárias, a criação de redes de apoio e a própria tradição política local, que abriu espaço para que as mulheres consolidassem sua liderança (Melo, 2016).

A presença feminina na política monteirense pode ser interpretada como uma demonstração concreta de que é possível quebrar os paradigmas culturais e políticos que limitam a participação das mulheres nos espaços de poder. Monteiro, com sua cultura vibrante e seu contexto político singular, mostra que o sertão não é apenas um espaço de tradição — é também um território de transformação e de conquista.

3 METODOLOGIA

Diante do contexto histórico do Cariri Paraibano, este estudo visa analisar a participação feminina na política do município de Monteiro na região do cariri paraibano, com o objetivo de identificar os desafios enfrentados pelas mulheres e as oportunidades para a redefinição de espaços políticos e sociais para elas. Para isso, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que permite uma análise processual aprofundada do fenômeno, proporcionando uma compreensão detalhada do objeto de estudo. A pesquisa qualitativa, conforme Corazza (2017), foca na compreensão de fenômenos, contextos e subjetividades, buscando descrever aspectos não numéricos, como percepções e experiências. Ela utiliza métodos como entrevistas, observações e análise documental para explorar a complexidade do tema.

Quanto à sua natureza, segundo Cervo (2007), a pesquisa é classificada como exploratória, pois visa aprofundar o conhecimento sobre a participação feminina na política local, fornecendo uma base para a formulação de hipóteses e estudos futuros. Além disso, o estudo emprega uma pesquisa bibliográfica para reunir, analisar e sistematizar informações já produzidas sobre o tema, colocando o autor diante de dados relevantes (Medeiros, 2010).

Como estratégia de estudo qualitativo, esta pesquisa desenvolveu um Estudo de Caso para investigar a participação feminina na política do município de Monteiro, Cariri Paraibano. Essa abordagem metodológica se caracteriza pela investigação aprofundada e detalhada do fenômeno específico de mulheres exercendo a liderança política em um contexto real e contínuo desde 2004. Ao focar em Monteiro, o estudo de caso permite compreender de forma abrangente os desafios, barreiras e conquistas dessas mulheres no exercício do poder executivo, em uma região marcada por tradições culturais e sociais predominantemente patriarcais (Creswell, 2014).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas presenciais e on-line com mulheres que se candidataram ao cargo de prefeita entre os períodos de 2008 a 2024 e obtiveram êxito, além de um levantamento documental. A observação também foi empregada para analisar diretamente os contextos e dinâmicas em que essas mulheres atuam, complementando as informações obtidas nas entrevistas. A triangulação de dados, ou seja, a combinação de múltiplas fontes de evidência, é uma característica fundamental do estudo, garantindo a validade e confiabilidade dos resultados.

A análise dos dados seguiu uma abordagem descritiva e analítica. Segundo Vieira (2002), a pesquisa descritiva busca identificar e descrever o fenômeno, enquanto a pesquisa analítica envolve o estudo profundo das informações para explicar o contexto do fenômeno,

como defendido por Nelson (2013). Dessa forma, a pesquisa proporcionou uma exposição detalhada da participação feminina na política local, considerando os aspectos que favorecem ou dificultam a inserção das mulheres em posições de poder no Cariri Paraibano.

3.1 ENTREVISTA EXPLORATÓRIA: ABORDAGENS UTILIZADAS E PERÍODO DE REALIZAÇÃO

A coleta de dados foi conduzida por meio de entrevistas presenciais com a ex-prefeita Ana Lorena de Farias Leite Nóbrega, em 29 de janeiro de 2025, e com a atual prefeita Ana Paula Barbosa Oliveira Morato, em 25 de fevereiro de 2025. Além disso, na mesma data, a entrevista com a ex-prefeita Ednacé Alves Silvestre foi feita on-line devido à sua indisponibilidade para uma entrevista presencial. O instrumento de pesquisa foi composto por 12 (doze) perguntas abertas. O tempo médio de duração das entrevistas com as participantes variou entre trinta e quarenta minutos.

Previamente à aplicação do roteiro de entrevista, realizou-se uma etapa de validação sob a supervisão do orientador, cujo parecer atestou a pertinência do instrumento proposto. Essa fase preliminar foi essencial para assegurar a clareza das questões, minimizar ambiguidades e facilitar o engajamento das respondentes, garantindo, assim, a qualidade dos dados coletados.

A entrevista abordou a trajetória política das participantes, os principais desafios enfrentados ao ingressar e permanecer no meio político, além das barreiras mais impactantes, sejam políticas, financeiras ou culturais e suas implicações na atuação pública. Investigou-se, ainda, a influência da questão de gênero em suas carreiras e as dificuldades específicas enfrentadas nesse contexto. Também foram exploradas questões relativas ao apoio dos partidos políticos, a receptividade da comunidade às candidaturas e às gestões, bem como a eficácia das políticas públicas voltadas à inclusão feminina na política, como as cotas de gênero. Ademais, discutiram-se possíveis estratégias para ampliar a participação das mulheres na esfera política local e as mudanças culturais e institucionais necessárias para fortalecer sua representatividade.

Um dos desafios enfrentados ao longo do estudo de caso foi a limitação de tempo das participantes, decorrente de agendas sobrecarregadas. Contudo, essa adversidade não comprometeu a execução da pesquisa, permitindo o alcance dos objetivos propostos.

Destaca-se que, foram postas em evidência as respostas que melhor respondiam aos objetivos do trabalho, assim, foram preservadas integralmente, garantindo a autenticidade dos dados obtidos. Não houve necessidade de revisões ortográficas, pois o conteúdo permaneceu claro e compreensível. Outrossim, a confidencialidade das informações está assegurada, uma

vez que este estudo possui finalidade estritamente científica e acadêmica. Para preservar a identidade das respondentes, elas serão referidas ao longo da análise como entrevistadas.

4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir das experiências relatadas, na primeira questão abordada são apresentadas reflexões sobre os avanços alcançados, os desafios persistentes e as perspectivas para o fortalecimento da participação das mulheres na política.

Quadro 1 – Como começou sua trajetória na política?

ENTREVISTADAS	RESPOSTAS
01°	<i>“Minha vida política inicia desde o meu pai que já foi prefeito da cidade de Monteiro, que deixou sua marca lá, mas faleceu também muito cedo e como dizem, está na veia, está no sangue. Eu fui seguir minha vida acadêmica de formação na cidade de João pessoa, voltei aos 21 anos para a cidade de Monteiro. E sempre fui muito engajada nas questões políticas inclusive quando eu era jovem, DCS e movimentos estudantis. Em Monteiro não foi diferente, quando eu voltei eu já era formada em Direito e comecei a fazer trabalhos sociais, me envolver voluntariamente em alguns aspectos e aí reacende a chama da época do meu pai e fui secretária, fui vereadora e fui prefeita”.</i>
02°	<i>“Na verdade, eu sempre gostei muito de política. Trabalhei em coordenação de campanha, mas nunca pensei em ser candidata. Ai meu nome foi surgindo na última campanha, anterior a essa, para ser candidata a vereadora, mas acabou não dando certo. E eu acabei continuando na coordenação da campanha. E nessa última campanha, diante da aprovação do povo de pesquisas, meu nome era o que mais tinha aceitação. E me tornei candidata a prefeita de Monteiro. E graças a Deus e ao povo conseguimos um bom êxito”.</i>
03°	<i>“Minha caminhada na política teve início ao perceber as dificuldades enfrentadas pelo povo de Monteiro.[....]. Com o incentivo do meu saudoso esposo, deputado João Henrique, e o apoio de diversas lideranças locais, decidi me candidatar à prefeita em 2008. Fui eleita e reeleita, dedicando oito anos da minha vida para promover melhorias significativas em nossa cidade. Durante meus mandatos, priorizei a saúde, implantando o SAMU e uma UPA, atendendo a anseios antigos da população e elevando a qualidade dos serviços de saúde em Monteiro.”</i>

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2025).

De acordo com as respostas das entrevistadas, observa-se que as trajetórias políticas apresentadas evidenciam distintas formas de inserção no cenário eleitoral. A primeira participante destaca a herança política do pai como um fator determinante para sua vocação, alinhando-se ao fenômeno das dinastias políticas, onde familiares de líderes anteriores herdam capital simbólico e redes de influência. Além disso, sua formação acadêmica e envolvimento prévio em movimentos estudantis reforçam a necessidade de qualificação e militância como caminhos de legitimação feminina na política.

A segunda entrevistada, por outro lado, demonstra um percurso menos linear, onde sua candidatura surgiu a partir do reconhecimento popular e não como um plano inicial. Esse tipo de trajetória reforça a tese de que muitas mulheres entram na política por convite ou incentivo externo, muitas vezes sem se verem como protagonistas desde o início. Já a terceira entrevistada enfatiza a motivação social e o apoio do marido, deputado estadual, ressaltando um padrão recorrente na política brasileira: o ingresso de mulheres impulsionado por figuras masculinas influentes.

Nesse contexto, Biroli (2018) aponta que debates políticos e acadêmicos têm ressaltado a importância da participação feminina na política, pois as mulheres enfrentam diversos desafios causados por entraves que dificultam tanto sua entrada quanto sua permanência nesse campo, haja vista que os papéis sociais tradicionais de gênero ainda refletem obstáculos para o sucesso das mulheres na política, assim como em outras carreiras profissionais e empresariais.

Quadro 2 - Quais foram os principais desafios que enfrentou ao ingressar e se manter na política?

ENTREVISTADAS	RESPOSTAS
01°	<i>“Primeiro desafio que eu acho que não só para a mulher mas para qualquer nome novo que entre na política é vencer a resistência daqueles veteranos, de abrir um espaço para renovação na política. E depois aí vem os demais desafios, como jovem que foi prefeita aos 27 anos, vem os desafios da não credibilidade feminina e jovial, às vezes as pessoas olham para a gente como não tivesse a capacidade de estar ali de certa forma, mas a gente tendo toda uma capacidade técnica, de estudo de aperfeiçoamento hoje eu vejo que as mulheres depois que entram, está difícil delas saírem, porque elas existe inclusive uma pesquisa sobre isso, eu posso até socializar com você de que na pandemia os municípios que eram liderados por mulheres tiveram cuidado maior e um</i>

	<i>atendimento, um olhar mais atencioso, inclusive com um número de vítimas fatais bem menor.”</i>
02°	<i>“Alguns desafios, inclusive algumas pessoas diziam: tem que ser homem agora, por muito tempo ela já ter esse histórico. Há mais de 20 anos com mulheres e por não ter sido política, não ser de família política, ser filha de pais pobres, minha mãe é professora, meu pai é funcionário público e no início existiu isso, mas a gente foi quebrando aos poucos com a aceitação do povo e conseguimos, mas existiu realmente esses preconceitos.”</i>
03°	<i>“Ao entrar na política, enfrentei um cenário dominado por estruturas tradicionais que, por décadas, não valorizavam plenamente o potencial e a competência do nosso povo. Além disso, como mulher, tive que superar o machismo enraizado na sociedade e na própria esfera política. No entanto, com determinação e apoio da população, consegui implementar projetos que transformaram a realidade de Monteiro, mostrando que a gestão pública pode, sim, ser eficiente e inclusiva.”</i>

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2025).

Os depoimentos evidenciam os desafios enfrentados pelas mulheres na política, especialmente as jovens e sem tradição familiar no meio. Um dos principais obstáculos é a resistência dos políticos veteranos à renovação, dificultando a entrada de novas lideranças. Para as mulheres, essa barreira se agrava pelo machismo e pelo preconceito de classe, já que a política ainda é vista como um espaço masculino e muitas candidatas sem influência familiar encontram dificuldades para se firmar.

Apesar dessas adversidades, as falas destacam que, uma vez na política, as mulheres demonstram eficiência e permanecem nesses espaços. Um exemplo citado é a gestão pública durante a pandemia, em que municípios liderados por mulheres adotaram medidas mais cuidadosas e eficazes. Isso reforça a ideia de que sua presença não apenas desafia estereótipos, mas também contribui para administrações mais humanizadas e eficientes.

Assim, a participação feminina na política não é apenas uma conquista individual, mas um enfrentamento às estruturas de poder, gênero e classe. Embora ainda enfrentem resistência e preconceitos, as mulheres que chegam ao poder provam sua competência e promovem

mudanças significativas, consolidando a importância da representatividade feminina no cenário político.

A esse respeito, Franco (2022) destaca que, embora as mulheres enfrentem dificuldades tanto para ingressar quanto para permanecer na política devido à persistência de papéis de gênero que as vinculam ao espaço privado e restringem sua atuação na esfera pública, sua presença nos espaços políticos é fundamental para assegurar a inclusão de diferentes perspectivas e interesses. Essa participação contribui significativamente para o enriquecimento do processo decisório e para a formulação de políticas mais equitativas.

Quadro 3 - Quais barreiras você considera mais desafiadoras?

ENTREVISTADAS	RESPOSTAS
01°	<i>“Uma mistura viu, na minha trajetória política a forma que se faz política no nosso país ela é muito cruel, vamos dizer assim. Às vezes se confunde a política partidária com a vida pessoal. Então, para nós que somos mulheres, que dividimos o lar, dividimos o matrimônio, dividimos a maternidade, a gente tem que se desdobrar em mil para também enfrentar essas adversidades que a política nos chama. E quando faz gestão em cima disso tudo também não tem hora. Então, tem hora para sair e não tem hora para voltar.”</i>
02°	<i>“Essa questão financeira realmente é complicada e cultural por eu ser mulher. Graças a Deus na Paraíba temos 54 mulheres eleitas. Cada vez mais vai crescendo e a gente vai conquistando o espaço, não é fácil. Quando vai a Brasília você é minoria ali entre os homens, mas isso é primordial, mas sempre existem essas barreiras realmente.”</i>
03°	<i>“As barreiras culturais são, sem dúvida, das mais desafiadoras. Há uma visão enraizada de que a política é um espaço masculino, o que dificulta a entrada e a permanência das mulheres. Além disso, obstáculos institucionais, como a insuficiente fiscalização das cotas de gênero nos partidos e a falta de mecanismos eficazes para combater a violência política de gênero, tornam o caminho ainda mais árduo para nós, mulheres.”</i>

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2025).

As falas analisadas convergem na identificação dos desafios enfrentados pelas mulheres na política, mas trazem diferentes ênfases sobre os obstáculos estruturais e culturais.

O primeiro depoimento destaca a sobrecarga que recai sobre as mulheres que conciliam a vida política com as responsabilidades domésticas e familiares. Esse argumento reforça a análise de Biroli (2018), que aponta como a divisão desigual do trabalho doméstico impacta a participação feminina na esfera pública, tornando a jornada política mais exaustiva para as mulheres do que para os homens.

Já o segundo argumento enfatiza as dificuldades financeiras e a sub-representação feminina em espaços políticos de maior poder, como Brasília. Isso se alinha com estudos de Araújo e Borges (2019), que demonstram como a distribuição desigual de recursos partidários e a resistência dos partidos em apoiar candidaturas femininas dificultam a consolidação das mulheres na política.

O terceiro pronunciamento, por sua vez, aprofunda a crítica às barreiras culturais e institucionais, apontando a fragilidade da fiscalização das cotas de gênero e a falta de mecanismos eficazes contra a violência política.

Com base nesse pressuposto, embora os pronunciamentos abordem perspectivas distintas, eles se alinham ao evidenciar uma realidade comum: para as entrevistadas a política continua sendo um ambiente hostil para as mulheres, exigindo delas um esforço desproporcional para alcançar e preservar espaços de poder.

Quadro 4 - Como essas barreiras impactaram sua atuação política?

ENTREVISTADAS	RESPOSTAS
01°	<i>“Acho que consegui tirar de letra. Não foi fácil. eu voltei a trabalhar com um mês da minha filha nascida de fato mesmo mas eu digo, a mulher ela consegue assobiar e chupar cana, ela faz várias coisas ao mesmo tempo, mas é muito desafiador a gente precisa realmente querer e gostar daquilo que faz e quando a gente vê as mudanças na vida das pessoas e o desenvolvimento acontecendo isso vai nos dando força.”</i>
02°	<i>“Não, essas barreiras realmente nos dão mais forças para fazer um bom mandato. Não tem coisa melhor do que você administrar a sua cidade. É uma missão, realmente a gente é constituído por Deus, é a autoridade constituída por Deus. E é muito bom você ver os avanços da sua cidade, sua cidade crescendo e avançando. Estou há poucos dias. Já fui secretária de saúde durante quase oito anos na administração de Lorena, que nos deu muita autonomia, uma gestão que teve mais de 80%</i>

	<i>de aprovação. E a gente dando continuidade, mas colocando nossa personalidade em nosso cara. Tem um vice, Cajó Meneses, que me ajuda bastante também.”</i>
03º	<i>“Essas barreiras exigiram de mim uma postura resiliente e proativa. Tive que constantemente provar minha capacidade e enfrentar preconceitos, o que, por outro lado, fortaleceu meu compromisso em lutar por uma representação feminina mais justa e igualitária na política. Cada desafio superado serviu como motivação para continuar trabalhando em prol da nossa população e abrir portas para outras mulheres”.</i>

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2025).

Com base no pronunciamento das participantes do estudo, nota-se diferentes vertentes a respeito de como as barreiras impactaram ou não suas trajetórias na política.

Diante desse cenário, a primeira respondente ressalta a sobrecarga das mulheres, que precisam conciliar múltiplas responsabilidades, reforçando a necessidade de políticas que equilibrem essa divisão. A segunda enfatiza a vocação política, mas minimiza desafios estruturais, sugerindo que o respaldo masculino ainda é um fator importante para a consolidação da liderança feminina. Já a terceira adota uma visão mais crítica, reconhecendo os obstáculos e defendendo mudanças institucionais para garantir a equidade de gênero na política.

Sob a perspectiva de Marlise Matos (2021) essas barreiras no ambiente político impactam diretamente a ascensão profissional e a efetividade das parlamentares, dificultando sua ocupação em cargos de liderança em comissões, sua participação em negociações estratégicas e a aprovação de suas propostas e projetos de lei. No entanto, as mulheres na política têm desafiado esses obstáculos, buscando ampliar sua representatividade e promover uma maior equidade de gênero. Através da articulação e do fortalecimento coletivo, elas vêm impulsionando mudanças estruturais, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que sua atuação tenha um impacto significativo no contexto político.

Quadro 5 - Na sua opinião, as políticas públicas (como cotas de gênero) são suficientes para promover a participação feminina na política?

ENTREVISTADAS	RESPOSTAS
01°	<i>“De jeito nenhum. Eu acho que a cota de gênero ajuda porque, de certa forma, tem que fechar aquele número mínimo dentro dos partidos, o que acaba fazendo com que nós, enquanto políticos atuais comecemos a pensar, a visualizar novos nomes para a política de mulheres. Mas eu acho que ainda falta um incentivo, a capacitação de mulheres, o chamamento, o envolvimento dessas mulheres para que não acabem tornando só laranjas ou só entrando na política por uma brincadeira.”</i>
02°	<i>“Ajudam bastante porque eu acredito que se não existissem essas cotas acho que seriam insuficientes a quantidade de mulheres em todos os espaços, mas a gente precisa realmente aprimorar as políticas voltadas pra as mulheres para que a gente possa cada vez mais estar inserindo em todos os espaços.”</i>
03°	<i>“As cotas de gênero são um passo importante, mas, por si só, não bastam. É fundamental que haja programas de capacitação e formação política para mulheres, além de campanhas que conscientizem a sociedade sobre a importância da representatividade feminina. Somente com uma abordagem multifacetada conseguiremos promover uma participação efetiva das mulheres na política.”</i>

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2025).

É notório que as colaboradoras realçam a importância das cotas de gênero e as reconhecem como um avanço para a inclusão das mulheres na política, todavia, sua efetividade ainda enfrenta desafios, visto que, embora garantam um número mínimo de candidaturas femininas, sua aplicação nem sempre é feita de maneira justa, resultando em práticas como candidaturas fictícias, que distorcem o propósito da política.

Além disso, na percepção das entrevistadas, apenas a reserva de vagas não basta para assegurar uma participação equitativa, sendo necessário aprimorar políticas públicas que incentivem a inclusão e permanência das mulheres na política. Capacitação, financiamento adequado e conscientização social são fatores essenciais para que as cotas não sejam apenas um

requisito formal, mas um verdadeiro mecanismo de transformação estrutural. A superação dessas barreiras permitirá que mais mulheres concorram em condições justas, consolidando a representatividade feminina nos espaços de poder.

Nesse sentido, observa-se que as cotas de gênero atuam como um mecanismo de incentivo à participação feminina na política. No entanto, elas não são plenamente eficazes para assegurar a inserção e a permanência das mulheres nesses espaços, sendo necessário o fortalecimento de outras medidas, como a capacitação política, o financiamento equitativo de campanhas e a superação de barreiras culturais e institucionais.

Quadro 6 - Quais políticas ou iniciativas específicas você acredita que poderiam ser mais eficazes para incentivar a participação feminina?

ENTREVISTADAS	RESPOSTAS
01º	<i>“O que a gente fez muito lá em Monteiro, eu acho que, acima de tudo, independência das nossas mulheres. E quando eu falo independência, não é, vamos dizer, não ter a submissão matrimonial do marido ou do seu gênero que se quer. Mas uma independência intelectual de pensamentos, de planejamento de futuro, de sonhos. Enfim, nós temos uma rede delas, que eu acho que Sumé também até faz parte. que vem fazendo muito esse empoderamento daquilo que as mulheres sabem fazer de melhor, seja a faxina da casa, a ser uma empresária e que elas comecem a ocupar lugares, não só na política, mas lugares nos mais diversos espaços da sociedade. Então, eu acho que esses movimentos, essas inserções, esses eventos, congressos, palestras de incentivo das mulheres, inclusive do campo, que tem se demonstrado muito efetivamente atuantes, as mulheres hoje assumem presidências de associação, de cooperativa, para que elas tenham e saibam que elas podem estar ali e é muito bem-vinda para contribuir.”</i>
02º	<i>“Nós aqui já temos muitos projetos voltados a mulheres, temos o Centro da Mulher, que oferece vários serviços voltados a mulheres, temos também lá na assistência social, na secretaria, muitas políticas voltadas às mulheres. Eu acredito que</i>

	<i>essa questão de violência a gente precisa abordar bastante, porque as mulheres, todas as mulheres sofrem muitos tipos de violências, seja psicológica, seja outros tipos de violência, e a gente precisa gritar, falar, para que realmente a gente possa ser observada e garantir nossos direitos.”</i>
03°	<i>“Acredito que iniciativas como a criação de escolas de liderança feminina, mentorias com mulheres que já atuam na política e a disponibilização de recursos para campanhas de candidatas são essenciais. Além disso, é importante implementar políticas que combatam a violência política de gênero, garantindo um ambiente seguro para a atuação das mulheres.”</i>

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2025).

As colocações mencionadas explicitam tanto a importância das políticas assistenciais voltadas às mulheres quanto a necessidade de medidas estruturais para fortalecer sua participação na política. Embora centros de atendimento e programas sociais já adotados na cidade estudada sejam fundamentais para garantir direitos e combater a violência de gênero, eles não bastam para eliminar barreiras estruturais que limitam o acesso e a permanência feminina no poder.

A proposta de capacitação, mentorias e financiamento para campanhas surge como uma estratégia essencial para fortalecer as mulheres politicamente, garantindo que elas tenham condições reais de competir de forma justa. Além disso, a violência política de gênero é um grande entrave, exigindo mecanismos eficazes para proteção e punição, evitando que ataques sistemáticos desestimulem candidaturas femininas.

Ao comparar as perspectivas, percebe-se que todas reconhecem a necessidade de fortalecer a presença feminina em diversas áreas, mas variam em seus enfoques. Enquanto uma enfatiza o empoderamento individual e comunitário, outra ressalta o papel da assistência social e uma terceira aponta para a necessidade de políticas estruturantes e mudanças institucionais. O desafio, portanto, não está apenas na criação de iniciativas isoladas, mas na articulação dessas estratégias de forma integrada, garantindo que as mulheres tenham não apenas oportunidades, mas também suporte contínuo para exercerem seus direitos e influenciarem nas decisões políticas e sociais.

Em tese, a promoção da igualdade na política demanda mais do que assistência: exige políticas estruturais que garantam segurança, formação e apoio financeiro, criando um ambiente democrático mais inclusivo e equitativo para as mulheres.

Quadro 7 - Quais mudanças culturais ou institucionais você considera necessárias para a inserção das mulheres na política?

ENTREVISTADAS	RESPOSTAS
01°	<i>“É. Eu acho que são movimentos. A inserção mesmo é chamar a atenção do público. Não tem o outubro rosa, novembro azul. Por que não um mês da politização de mulheres, ou do chamamento de mulheres para ocupar espaços de poder. Acho que a gente devia chamar a atenção nesse sentido de alguma forma, para cada vez mais aquelas mulheres que nem têm isso dentro do seu coração se despertem para alguma coisa.”</i>
02°	<i>“Na verdade, eu acredito que todo mundo é o que quer ser. A gente precisa de muitos esforços. Nós temos um projeto aqui, Rede Delas, que mostra às mulheres como elas podem empreender, conseguirem ser independentes. Hoje, na nossa secretaria, em todas as secretarias do nosso governo, praticamente 80% é de mulheres. A gente realmente vê que a mulher tem essa sensibilidade. Não que o homem não tenha a sua força ali, mas a mulher precisa realmente ser mais independente. A gente sabe que as mulheres conseguem fazer várias coisas ao mesmo tempo, mas que a gente possa sempre estar deixando em foco essa questão da política pública voltada à mulher.</i>
03°	<i>“Culturalmente, precisamos educar nossas crianças e jovens sobre igualdade de gênero, promovendo o respeito e a valorização das mulheres em todas as esferas. Institucionalmente, é necessário fortalecer as leis que garantem a participação feminina e assegurar seu cumprimento, além de criar mecanismos eficazes</i>

	<i>para proteger as mulheres da violência e do assédio no ambiente político.”</i>
--	---

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2025).

Ao comparar as respostas, constata-se que, a primeira declaração sugere que a mobilização das mulheres poderia seguir o modelo de campanhas como “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”, o que, embora útil para dar visibilidade à causa, é uma solução superficial. A criação de um "mês da politização feminina" poderia gerar conscientização, mas, sem ações estruturais e contínuas, corre o risco de se tornar apenas uma campanha simbólica. A baixa participação feminina na política não é apenas uma questão de falta de interesse, mas de barreiras históricas, sociais e institucionais que dificultam o acesso e a permanência das mulheres nesses espaços. Portanto, mais do que campanhas, são necessárias políticas públicas robustas e mecanismos que garantam condições justas para que as mulheres possam concorrer e exercer cargos políticos.

A segunda resposta adota uma visão mais individualista, ao afirmar que "todo mundo é o que quer ser". Esse argumento ignora os desafios reais que as mulheres enfrentam, como a desigualdade na divisão do trabalho doméstico, a dificuldade de acesso a financiamento eleitoral e a violência política de gênero. O incentivo ao empreendedorismo e à ocupação de cargos administrativos é positivo, pois amplia a autonomia econômica das mulheres, mas não resolve a questão central da sub-representação política. Além disso, ao destacar a "sensibilidade" feminina como um diferencial, a fala pode reforçar estereótipos de gênero, sugerindo que as mulheres devem ocupar espaços com base em características tradicionalmente associadas ao feminino, e não por seu direito legítimo à participação política em condições de igualdade.

A terceira colocação é abrangente e reconhece que a participação feminina na política depende de mudanças culturais e institucionais profundas. A educação para a igualdade de gênero desde a infância é essencial para desconstruir estereótipos que afastam as mulheres da vida pública. Além disso, o fortalecimento de leis que garantam a presença feminina na política e a criação de mecanismos eficazes contra a violência política de gênero são medidas fundamentais para garantir que as mulheres tenham um ambiente seguro para atuar.

Assim sendo, para promover uma verdadeira equidade na política, não basta estimular o interesse das mulheres ou criar campanhas de conscientização, é necessário enfrentar as raízes da desigualdade por meio de políticas públicas eficazes, financiamento adequado para candidaturas femininas e mecanismos que assegurem sua proteção contra a violência e a

discriminação. Sem essas mudanças estruturais, qualquer avanço será limitado e a desigualdade de gênero na política continuará a se perpetuar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa atingiu seus objetivos ao analisar, de forma empírica, a participação das mulheres na política de Monteiro, identificando os principais desafios enfrentados e avaliando a efetividade das políticas públicas voltadas para a inclusão feminina. Os dados coletados, a partir de entrevistas e fontes documentais, evidenciam que a inserção feminina na política local ainda é limitada por barreiras estruturais significativas. Entre os principais obstáculos apontados estão a resistência dos políticos veteranos à renovação, o impacto do machismo estrutural e a dificuldade de acesso a recursos e redes de apoio, fatores que afetam, sobretudo, mulheres jovens e sem tradição familiar na política.

Os depoimentos analisados revelam que, apesar dessas dificuldades, para as entrevistadas, as mulheres que conseguem ingressar e se estabelecer na política demonstram alta capacidade de gestão e permanecem nesses espaços, trazendo contribuições significativas para a administração pública. Os resultados indicam que, para as entrevistadas, gestões lideradas por mulheres se destacam especialmente em áreas como políticas sociais, educação e saúde, além de apresentarem respostas mais eficazes em contextos de crise. Esses achados reforçam a importância de ampliar a representatividade feminina para a diversificação das perspectivas e a melhoria da governança.

Outro ponto relevante, apontado pelas participantes, é a desigualdade na distribuição de recursos partidários, as candidatas enfrentam maiores dificuldades para acessar financiamento de campanha e apoio institucional, o que compromete suas chances de sucesso eleitoral. Além disso, a sub-representação feminina em cargos de maior poder decisório, como prefeituras e secretarias estratégicas, demonstra a persistência de um cenário político marcado por disparidades de gênero. A violência política de gênero, manifestada por meio de ataques simbólicos, deslegitimação e assédio, também se apresenta como um fator crítico que inibe a participação e permanência das mulheres na política.

Conforme os relatos das colaboradoras, abordando as cotas de gênero, embora representem um avanço formal, ainda carecem de efetividade prática. Os dados indicam que a existência de candidaturas fictícias e a falta de fiscalização rigorosa comprometem a real inclusão das mulheres no processo eleitoral. Diante desse contexto, torna-se essencial o fortalecimento de políticas complementares, tais como programas de capacitação política, garantia de financiamento adequado para campanhas femininas e implementação de mecanismos eficazes de combate à violência política de gênero.

Conclui-se que, embora as mulheres ainda enfrentem desafios substanciais para consolidar sua participação na política, sua presença tem impulsionado transformações importantes e tensionado estruturas de poder historicamente dominadas por homens. No entanto, para que essa participação seja efetiva e equitativa, é essencial a implementação de políticas públicas estruturais, como financiamento público para candidaturas femininas e programas de capacitação política. Essas medidas devem assegurar condições justas de concorrência, fortalecer o suporte institucional e ampliar a equidade de gênero na esfera política.

Por conseguinte, sugere-se como propostas para futuros estudos que, seja feita uma análise comparativa entre Monteiro-PB e outros municípios da região, destacando avanços e desafios na representatividade. Além disso, a liderança feminina na gestão municipal pode ser avaliada por meio de indicadores de eficiência administrativa em áreas como saúde, educação e assistência social. A comparação entre administrações lideradas por homens e mulheres em Monteiro permite analisar diferenças na condução das políticas públicas, evidenciando possíveis impactos positivos da presença feminina na administração municipal e seu papel no desenvolvimento da cidade.

REFERÊNCIAS

- ALBAINE, L. **Violencia contra las mujeres en política en América Latina**: mapeo legislativo y proyectos parlamentarios. OEA/CIM, 2020.
- ALVES, M. E. R. **Memória da participação política das mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985**. In: NEVES, A. V.; GHIRALDELLI, R. (orgs.). Trabalho, democracia e participação no Brasil [online]. Brasília: Editora UnB, 2022.
- ARAGÃO, Elthon; MACIEL, Sammyla. Eleições 2020 nas capitais da Região Nordeste: quem são e como são apresentadas as candidatas prefeitas e vice-prefeitas. In: PANKE, Luciana; ARAGÃO, Elthon; SCHEIDWEILER, Gerson; QUEVEDO, Josemari (orgs.). **Eleições 2020: As mulheres nas disputas municipais**. 1. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2021.
- ARAÚJO, Francieleide. **Legislações de enfrentamento à violência política de gênero na América Latina**. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2023/Legisla%C3%A7%C3%B5es-de-enfrentamento-%C3%A0-viol%C3%Aancia-pol%C3%ADtica-de-g%C3%AAnero-na-Am%C3%A9rica-Latina>. Acesso em: março de 2025.
- BARROS, A. T. Mulheres filiadas a partidos políticos: relatos de experiências femininas na política partidária. **Revista Artemis**, v. 31, n. 1, p. 265-295, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/55542>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BORGES, Ester. **Internet e eleições no Brasil: diagnósticos e recomendações**. 1. ed. São Paulo: InternetLab, 2019. Disponível em: https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2019/09/policy-infopol-26919_4.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.
- CAMPOS, L. F. Litígio estratégico para igualdade de gênero: o caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 1, p. 593-629, 2019.
- CARVALHO, M. C. de S. Mulheres e política no Brasil: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 74, p. 149-174, 2019.
- CAVALCANTI, Maria Thereza Dias. **A participação feminina na política**: as representações sociais das mulheres nos cargos políticos da cidade de Monte Horebe, Paraíba (1983-2016). 2021.
- CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CORAZZA, Marcelo. **Metodologia de Pesquisa**: Fundamentos e Aplicações. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

CORREA, Giovana; QUEVEDO, Josemari. Eleições municipais no Centro-Oeste: entre avanços, desafios e dilemas na capacitação de candidatas. In: PANKE, Luciana; ARAGÃO, Elthon; SCHEIDWEILER, Gerson; QUEVEDO, Josemari (orgs.). **Eleições 2020: As mulheres nas disputas municipais**. 1. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2021.

D'ÁVILA, M. P. **Mulheres implementam mais políticas públicas para mulheres?** O efeito da presença de mulheres no comando do poder executivo municipal para a implementação de políticas públicas com recorte de gênero nos municípios brasileiros. 2018.

DUARTE, Daniel. **Diagnóstico da desertificação no estado da Paraíba**. Palestra de abertura da 2ª Reunião Técnica para a elaboração da Política Estadual de Combate à Desertificação. Monteiro: SUDEMA/SEBRAE, 2001.

FIGUEIREDO, Antônio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2011.

FRANCO, Adriana Alves. **Violência política de gênero: do conceito à realidade brasileira** [Tese de mestrado]. Universidade de São Paulo, 2022.

FREITAS, G. F. Discurso da mulher política na política dos homens: resistências, representatividade e empoderamento. **Letras & Letras**, v. 36, n. 1, p. 117-139, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/LL63-v36n1-2020-7>. Acesso em: 18 mar. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-nacionais/populacao/censo-demografico.html>. Acesso em: 09 set. 2024.

Matos, Marlise. (2021). **A violência política sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres**. Em Manuela D'Ávila (Org.), *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*(pp.211-218). Instituto E Se Fosse Você.

MELO, F. S. **Entre gêneros e ação política: narrativas de mulheres parlamentares do Cariri Cearense**. Universidade Federal da Paraíba, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7332>. Acesso em: 18 mar. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, p. 653-679, 2010.

NELSON, Thomas E. **Tipos de pesquisa considerando os procedimentos utilizados**. 2013. Disponível em: Acesso em: 9 set. 2024.

ONEDERO, J. C. Posdemocracia?: Frente al pesimismo de la nostalgia, el optimismo de la desobediencia. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 240, p. 68-86, jul/ago 2012. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/posdemocracia-frente-alpesimismo-de-la-nostalgia-el-optimismo-de-la-desobediencia/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PINHO, T. R. D. Debaixo do tapete: a violência política de gênero e o silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, e67271, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n267271.

SILVA, Rafaelle; OLIVEIRA, Verônica; CORREIA, Suzanne. Impactos da participação de mulheres em iniciativas de economia solidária no Cariri Paraibano. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, v. 17, n. 3, p. 851, 2018. DOI: 10.18593/race.v17i3.16527.

SOUSA, T. P. (2018). **Mulher e política:** a dificuldade da sub-representação no contexto brasileiro. *Estudos Eleitorais*, 13(1), 131-146.

VIEIRA, Valter Afonso. Vieira. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.1, p.61-70, jan./abr. 2002. Disponível em: Acesso em: 9 set. 2024.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE A INSERÇÃO FEMININA NA POLÍTICA DE MONTEIRO-PB COM A PREFEITA E AS EX-PREFEITAS

- 1 - Como começou sua trajetória na política?
- 2 - Quais foram os principais desafios que enfrentou ao ingressar e se manter na política?
- 3 - Quais barreiras você considera mais desafiadoras? Políticas, financeiras, culturais, etc.
- 4 - Como essas barreiras impactaram sua atuação política?
- 5 - Como a questão de gênero influenciou sua trajetória?
- 6 - Você sentiu apoio dos partidos políticos? Como?
- 7 - Como foi a resposta da comunidade à sua candidatura e atuação política?
- 8 - Na sua opinião, as políticas públicas (como cotas de gênero) são suficientes para promover a participação feminina na política?
- 9 - Quais políticas ou iniciativas específicas você acredita que poderiam ser mais eficazes para incentivar a participação feminina?
- 10 - O que você acredita que poderia ser feito para aumentar a participação das mulheres na política local?
- 11- Quais mudanças culturais ou institucionais você considera necessárias?